



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

MJ oferece 180 mil vagas em cursos para profissionais de segurança	3
Delegacias superlotadas - Chuvas atrasam obras e transferência de presos	4
1ª Conseg estimula participação social via internet	5
Jovens infratores no centro do debate político	6
Prevenir é o melhor remédio - PII de Serra Azul na luta contra AIDS	8
Ministro defende padrão nacional para Judiciário	9
OAB-GO comemora lei que estabelece que advogado passa a ter fé pública	11
Criação de Conselhos de Conciliação	11
Tentativa de fuga - Descoberta de túnel restringe visita no IPPOO II	12
Com superlotação e onda de fugas em cadeias, Alagoas decreta 'urgência administrativa' na segurança	13
Judiciário indicará ao governo gaúcho cadeias que precisam de investimentos urgentes	16
Emergência nos presídios: para que mesmo?	17
Vara de Execuções Penais em GO libera 229 presos	17
Jovens detentos poderão concluir ensino fundamental	18
Jovens detentos poderão concluir ensino fundamental	19
Detentos encontram a morte ao sair da prisão	20
O STF e o justicianismo penal	22
CNJ quer acompanhamento de situação de presos	24
Lei antifumo não valerá em estádios e prisões de SP	25
Autoridades discutem segurança pública em Salgueiro	25
Horta trabalhada por presos abastecerá cadeia e entidades carentes	26
Brasil apresenta em Viena preparativos para Congresso contra o crime	27
Minas Gerais expande sistema de alvará de soltura	27
CNBB pede veto ao projeto para reduzir maioria penal	28
Senasp lança I Prêmio Nacional de Monografias	29
Salgueiro sedia encontro estadual da Pastoral Carcerária	29
Declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil contra a redução da maioria penal	31



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

30/04/2009

IBCCRIM

<http://www.ibccrim.org.br/>

Os novos prazos para a duração da prisão preventiva

Jônatas Wondracek*

Ao contrário da prisão temporária, a prisão preventiva não possui prazo determinado. Porém, consolidou-se o entendimento jurisprudencial, segundo o qual, estando o acusado preso preventivamente, a instrução criminal deveria ser concluída em 81 dias, sob pena de restar caracterizado o excesso de prazo na formação da culpa, tornada ilegal a prisão, o que autorizaria (e autorizando-se, assim,) o seu relaxamento (art. 5, inc. LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária), ou, para parte da doutrina, a sua revogação.

É importante frisar que o prazo de 81 dias resultava da soma dos prazos do procedimento ordinário, quando o réu estivesse preso. Hoje, diante das mudanças no processo penal ocorridas no ano de 2008, foram fixados novos prazos, podendo variar de 95 a 125 dias, dependendo dos acontecimentos no transcorrer do processo.

Com efeito, somando-se 10 dias do inquérito policial (art. 10 do CPP), 5 dias do prazo para oferecimento da denúncia (art. 46 do CPP), 5 dias do recebimento (art. 800 do CPP), 10 dias da resposta à acusação por escrito (art. 396 do CPP), 5 dias para análise de possível absolvição sumária pelo juiz (art. 397 c/c art. 800 do CPP), e, por fim, 60 dias para a designação de audiência de instrução e julgamento (art. 400 do CPP), chega-se ao prazo de 95 dias. Sempre alertando que, no procedimento sumário, o prazo para designação de audiência é de 30 dias (art. 531 do CPP).

Será de 105 dias a duração do processo penal, se, além dos atos supramencionados, não houver apresentação de resposta à acusação, caso em que deverá ser intimado o acusado para constituir advogado. Permanecendo inerte, caberá ao Magistrado nomear advogado dativo, e, na mesma oportunidade, intimá-lo para apresentar defesa no prazo de 10 dias (art. 396-A § 2º do CPP).

Em virtude da complexidade do caso, é facultado ao juiz conceder o prazo de 5 dias, para alegações escritas, devendo proferir sentença no prazo de 10 dias. Assim, a duração do feito será de 115 (com aplicação do art. 396-A § 2º do CPP) ou 125 dias (sem aplicação do art. 396-A § 2º do CPP), já que serão 5 dias para a acusação, mais 5 para a defesa, além dos 10 dias para a sentença, fulcro art. 403 § 3º do CPP.

Necessário salientar que, caso o processo tramite na Justiça Federal, o prazo é maior, pois a conclusão do inquérito policial do réu preso é de 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias (art. 66 da Lei n.º 5.010/66), ensejando no aumento de 5 a 20 dias, perfazendo-se um lapso de 100 a 145 dias.

Frisa-se que o antigo prazo da prisão preventiva de 81 dias era relativizado, e poderia ser dilatado diante da complexidade do caso e/ou do número de réus. Tal entendimento deve prosseguir nos Tribunais, analisando-se caso a caso. Oportuno salientar que o excesso de prazo restará configurado pelas sucessivas diligências exclusivas do Ministério Público, pela inércia do Poder Judiciário ou pela violação da razoabilidade e proporcionalidade.

Não podemos deixar de abordar as súmulas do Superior Tribunal de Justiça



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

sobre o tema. Neste sentido, citam-se as súmulas 21: Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução, e 52: Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Pelo novo procedimento, essas súmulas poderão perder sua aplicabilidade, haja vista a previsão da audiência una. Não bastasse isto, os Tribunais já estavam deixando de aplicá-las, pois é possível que o excesso o prazo ocorra, mesmo após o encerramento da instrução ou da pronúncia do réu. Outra súmula sobre o tema é a 64 do STJ, que trata do constrangimento causado pela própria defesa, que a nosso ver, permanece eficaz: não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.

* Advogado/RS; Pós-graduando pela Fundação Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul - FMP.

30/04/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/main.asp?View=%7B7CBDB5BE%2D654D%2D4BA8%2D8A49%2D8FC8AA654ECE%7D&Team=¶ms=itemID=%7BD858F72F%2DCDF3%2D447E%2DA58F%2D293A56A1C544%7D%3B&UIPartUID=%7B2218FAF9%2D5230%2D431C%2DA9E3%2DE780D3E67DFE%7D>

MJ oferece 180 mil vagas em cursos para profissionais de segurança

De 8 a 12 de maio estarão abertas as inscrições para os cursos a distância, oferecidos pelo Ministério da Justiça para profissionais de segurança pública (policiais civis, militares, peritos, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais). Neste 16º ciclo da rede de educação a distância, serão oferecidas 180 mil vagas para 41 cursos. As aulas terão início em 2 de junho.

Os cursos são promovidos pela Rede Nacional de Educação a Distância, escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública no Brasil criada em 2005.

Os participantes dos cursos, que receberem salário inferior a R\$ 1,7 mil, poderão aderir ao projeto Bolsa Formação e receberão R\$ 400 de auxílio mensal. Em muitos estados, essa quantia representa até 1/3 do salário dos policiais. A rede de Educação a Distância é uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para valorizar e aprimorar a formação dos profissionais de segurança de todo o país.

Outra novidade é a inclusão de seis novos cursos: Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial, Conflito Agrário, Democracia Participativa, Emergencista Pré-Hospitalar 2, Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial, Integração das Normas Internacionais de Direitos Humanos na Área de Segurança Pública e Tópicos em Psicologia Relacionados à Segurança Pública.

Dentre os 41 cursos propostos também estão: Direitos Humanos e Cidadania; Identificação veicular; Policiamento Comunitário; Enfrentamento à Homofobia; Tráfico de Pessoas; Retrato Falado; Criminalidade e Prevenção; Uso Progressivo da Força; e Combate à Lavagem de Dinheiro.

No ano passado, foram realizados quatro ciclos de aulas que ofereceram 390 mil vagas. No primeiro ciclo deste ano, os cursos mais procurados foram: Direitos Humanos (24.052); Uso Progressivo da Força (11.298 inscritos), Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência (10.899), Identificação Veicular (10.543) e Crimes Ambientais (10.541).



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

30/04/2009

Diário do Nordeste

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=634643>

Delegacias superlotadas - Chuvas atrasam obras e transferência de presos

São quase mil presos disputando espaço nas celas das delegacias de Polícia. Fugas e motins ameaçam a segurança

Vai durar, pelo menos, mais 50 dias a superlotação nas delegacias da Capital e Região Metropolitana, o que provoca risco de mais fugas e motins como os registrados nas últimas semanas. A inauguração de mais uma Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL), prevista para ser entregue no último dia 18, resolveria temporariamente o problema nas DPs mas, a estimativa para o fim das obras é somente para o fim do mês de maio. Hoje, quase mil presos estão recolhidos nas celas das delegacias policiais.

O titular da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), Marcos Cals, explicou ontem, em entrevista exclusiva ao Diário do Nordeste, o motivo do atraso na inauguração da nova Casa de Custódia. Segundo ele, as fortes chuvas que têm atingido todo o Estado atrasaram as obras em 40 dias. A previsão inicial de conclusão da obra era de seis meses, mas vai chegar à dez, devido às alterações no projeto e às chuvas. “A CPPL está totalmente concluída e mobiliada, mas o acesso à cadeia, nas margens da BR-116, em Itaitinga, virou um lamaçal só”, lamenta Cals.

Angustiado

Outro problema causado pelas chuvas é a falta de iluminação no trecho que liga a rodovia BR-116, à entrada da CPPL, devido à impossibilidade dos caminhões da Coelce chegarem ao local para a instalação de postes.

O secretário ressaltou que, se dependesse dele, as CPPLs já estariam funcionando. “Conversei com o (doutor) Roberto (Monteiro, secretário da Segurança Pública e Defesa Social). Ele está angustiado com a situação e eu também”.

Segundo Cals, nesse momento não é possível nem mesmo chegar com os presos na CPPL. “É necessário que o terreno, que hoje não permite a passagens de nenhum tipo de veículo, seque totalmente e permita a drenagem e o asfaltamento do trecho de acesso para as entradas do prédio”, salientou Marcos Cals.

A segunda unidade a ser inaugurada deverá ficar pronta 30 dias após a entrega da primeira. Com capacidade para abrigar 950 presos, cada uma delas, as duas Casas de Custódia permitirão que a situação caótica das delegacias policiais seja plenamente resolvida.

A operação de transferência dos quase mil presos recolhidos atualmente nos distritos já está montada e contará com a participação dos agentes da Sejus, das polícias Civil e Militar e de outros órgãos. Serão transferidos 50 detentos por dia. Já na cadeia, eles ficarão separados, de acordo com o tipo de crime de que são acusados.

Mesmo com a angústia pelo atraso na entrega das CPPLs, Cals se entusiasma ao dizer como



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

funcionarão as novas unidades. “Estou muito animado e apostando muito nessas novas CPPLs. Elas foram pensadas e construídas com todo o capricho”, disse o secretário.

As duas novas unidades, todas em concreto armado, dificultarão as fugas, sem contar com o sistema de monitoramento eletrônico. Serão 102 câmeras digitais em cada uma delas. Cals diz que, desde a ala administrativa aos pavilhões, tudo será monitorado, com exceção do interior das celas.

Bloqueadores

Além das câmeras, bloqueadores de celulares devem ser instalados nas duas casas provisórias de liberdade, o que acabará, segundo Cals, com um problema sério, que são os telefones móveis dentro das unidades prisionais.

Emerson Rodrigues
Especial para Polícia

30/04/2009

CONSEG

http://www.conseg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=935:conferencia-de-seguranca-estimula-participacao-social-via-internet&catid=49:noticias-gerais&Itemid=226

1ª Conseg estimula participação social via internet



O próximo chat promovido pela 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) já tem data marcada: será no dia 11 de maio, às 19 horas, com a participação da especialista Juliana Barroso, coordenadora geral de ensino em segurança pública do Ministério da Justiça (MJ). O tema central do bate-papo será a implantação de melhorias das condições de trabalho e valorização dos profissionais do setor.

O objetivo é abrir mais um canal de diálogo com a população e receber sugestões via internet. O encontro terá duração de duas horas e é aberto a todos os interessados. As instruções estão disponíveis [aqui](#). Após as discussões on-line, os internautas podem contribuir com propostas no [Fórum de debates](#). Além disso, é possível votar na [enquete](#). Todo esse processo participativo configura uma [conferência virtual](#).



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

De acordo com a coordenadora geral da 1ª Conseg, Regina Miki, as propostas serão levadas para votação durante a etapa nacional da Conferência, de 27 a 30 de agosto, em Brasília. "A ideia é estimular que as pessoas se apropriem e utilizem a tecnologia disponível para fortalecer a democracia participativa", ressalta. Cerca de 100 pessoas já participaram dos três chats anteriores.

Debates temáticos

Cada encontro virtual aborda um dos sete eixos-temáticos contidos no Texto-base - documento elaborado pelo MJ para nortear as discussões da Conferência. O último chat ocorreu no dia 27 de abril e tratou do financiamento e gestão da segurança pública (eixo 2). O convidado foi o especialista Renato Lima, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na ocasião, Lima defendeu mais "transparência, responsabilidade e garantia de recursos" para a área. "A falta de transparência é o problema central do Estado brasileiro e isso surge em todas as instituições, trazendo [à tona] a questão da participação", ressaltou o convidado, que conversou e esclareceu dúvidas de mais de 20 internautas, entre membros da sociedade civil, trabalhadores da segurança e gestores públicos.

Na avaliação de Lima, uma das alternativas para dar mais legitimidade à gestão seria a criação de esferas de decisão compostas por representantes da sociedade e não apenas do governo. Outra medida apontada pelo convidado foi a implantação de sistemas de informação mais avançados e integrados. "Avançado não significa só tecnologia e sim definição clara de objetivos e finalidade. Um sistema sem objetivos é apenas um brinquedo caro", ressaltou.

Histórico - A rodada de chats começou no dia 8 de abril, com a participação do secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri. Em 16 de abril, o bate-papo virtual recebeu o filósofo José Antônio Moroni, que conversou com internautas de todo o país sobre gestão democrática da segurança pública.

Serviço

Evento: Bate-papo virtual sobre e valorização dos profissionais do setor de segurança pública - etapa preparatória à 1ª Conseg.

Data: 11.05.09

Horário: 19 horas

Local: www.conseg.gov.br, ícone "Conferência virtual"

29/04/2009

Comunidade Segura

<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/MATERIA-jovens-infratores-no-centro-do-debate-politico>

Jovens infratores no centro do debate político

Assassinato de um motorista de caminhão com arma de fogo por parte de um jovem de 14 anos nos arredores de Buenos Aires deu um novo impulso ao debate sempre latente em torno do que deve fazer o Estado com os jovens que praticam atos criminosos.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

A Argentina passa por uma comoção nacional a cada fato sangrento divulgado na mídia, e a polêmica sobre se se trata de uma insegurança real ou uma sensação de insegurança divide a sociedade, colocando em lados opostos o governo e um amplo espectro de seus detratores.

Em 25 anos de democracia, não se deu uma resposta concreta ao problema da violência urbana, especialmente a enfrentada por jovens menores de idade. Frente a isso, a sociedade tem buscado suas próprias - e más - respostas.

O caso que agora ocupa os meios de comunicação quase sem descanso e que empurra o Congresso Nacional argentino a aprovar novas leis que permitam condenar menores de 16 anos, não está muito bem esclarecido. A comoção causada pelo assassinato levou o promotor do caso - Enrique Lázari - a ser agredido por manifestantes que reclamavam melhores condições de segurança.

Segundo relatou o jornal Página 12, esse fato "atrasou a perícia, o levantamento de pistas e a investigação em si". Por isso, só recentemente se descobriu que a vítima saiu de casa portando uma arma de fogo de calibre 38. Além disso, não está claro se o motorista chegou a disparar contra o jovem de 14 anos - que tentava roubar-lhe o veículo - antes deste esvaziar as balas de sua arma na vítima.

"O fato volta a demonstrar que, em 90% dos casos, o uso de uma arma para evitar um roubo traz prejuízos gravíssimos", afirmou Raúl Killman (autor da reportagem), quase solitário em meio à avalanche da imprensa, que exige - junto com a massa enfurecida e a oposição, e mesmo com o apoio do ex-presidente Néstor Kirchner em plena campanha eleitoral - o endurecimento das leis.

Novas leis para os jovens que cometem crimes

Aproveitando a onda de indignação popular, o Ministro da Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Argentina, Aníbal Fernández, se apressou a assegurar que o governo irá apresentar ao Congresso "um novo projeto de regime penal juvenil que respeite os direitos dos adolescentes". No entanto, disse, "deve-se garantir um processo penal que hoje não existe, estabelecendo-se sanções para os menores que cometam delitos.

"Todo adolescente de 14 anos sabe que está proibido roubar e matar. Então, frente a um delito grave, é necessário que haja sanções graves", disse, dando respaldo oficial - ainda que suavizando o discurso - à ideia de baixar para 14 anos a maioridade penal na Argentina, que hoje é de 16 anos.

No entanto, além da apresentação pelo governo de um projeto próprio, a Câmara de Deputados tirou do baú alguns projetos que permaneciam em estudo pelas comissões. O Senado também marcou uma data para apreciar uma iniciativa própria: o próximo dia 29 de abril.

Na Câmara, a proposta em torno da qual há maior consenso, pertence aos deputados Emilio García Méndez (do partido Solidariedade e Integração) e Vilma Ibarra (do Encontro Popular e Social - EPS).

García Méndez, em entrevista para o Comunidade Segura, se queixa do que chama "populismo jurídico": quando a Justiça se põe ao lado dos apelos populares e, portanto, não faz justiça.

O deputado, que é líder da Fundação Sur, especializada em direitos de crianças e adolescentes, afirma que "quando se trata de menores de idade, tudo indica que nada se deve fazer sob a pressão da conjuntura eleitoral, nem em momentos de grave alteração da ordem pública por fatos violentos que tenham menores como vítimas ou agressores".

Ele também questiona o fato de que, "desde 2003 até agora, nenhuma iniciativa do Congresso foi apoiada pelo Poder Executivo". Com isso, García Méndez questiona o governo argentino,



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

acusando-o de preparar um projeto "às pressas", com a autoria do ministro da Suprema Corte de Justiça, Raúl Eugenio Zaffaroni.

Em dezembro de 2008, Zaffaroni, recusou um pedido de habeas corpus favorável a jovens menores de 16 anos detidos em péssimas condições apesar do aval obtido previamente na Câmara Nacional de Anulação Penal. Entretanto, citando Nelson Rodríguez, dá uma chance à esperança. "Há gente que, em função dos seus interesses pessoais, é até capaz de uma boa ação", disse.

Críticas ao oportunismo

Por sua vez, a deputada Vilma Ibarra questiona a virulência do debate político sobre o tema. Critica o ex-presidente Kirchner, que gosta de falar do tema nas tribunas políticas diariamente, distorcendo o debate. "Não se deve aproveitar as situações de angústia e dor dos cidadãos para dizer coisas, porque, quando se pode tratar desde tema, a maioria do Parlamento não o fez", afirma.

Enquanto isso, o governador da província de Buenos Aires, Daniel Scioli, passou a pedir "penas mais duras" para os jovens que cometem crimes, repetindo uma cartilha simples e muito utilizada em todo o Ocidente por políticos que se vêem acuados pelo aumento da criminalidade.

Para a procuradora do estado de Buenos Aires, María del Carmen Falbo, no entanto, "baixar a maioria penal ou agravar as penas não serve para modificar um estado de insegurança".

Todo esse clima que se vive na Argentina se viu diluído quando o juiz que investiga o assassinato do motorista decidiu dar a liberdade ao jovem assassino, recebendo uma torrente de críticas.

Os jovens novamente têm a sua liberdade condicionada aos fogos de artifício de uma campanha eleitoral, enquanto vastos setores da população esperam medidas profundas, e não um coro de candidatos a somar, sem refletir, suas vozes à indignação popular - com a intenção pura de conseguir lhes parecer simpáticos -, sem mudar de fato a realidade.

28/04/2009

SAP

<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0400-0499/not435.html>

Prevenir é o melhor remédio - PII de Serra Azul na luta contra AIDS



Prevenir é a única maneira de evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), dentre elas, o Vírus da Imunodeficiência Humana, mais conhecido como HIV, que é responsável pela manifestação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a Aids. Com o objetivo de alertar internos e funcionários sobre a importância de manter uma vida sexual saudável sem o contágio dessas doenças, a Penitenciária II de Serra Azul, em parceria com Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA) de Ribeirão Preto promoveu no mês de março um ciclo de palestras sobre o tema.

Cada encontro durou cerca de uma hora e meia e focou as diferentes formas de infecção, os sintomas e propôs uma reflexão sobre mudanças de hábitos que ajudam na prevenção das DST's.

A responsabilidade de conscientizar presos e servidores ficou a cargo do assistente social do GAPA, Luis Antônio Jorge de Castro. Ao todo ele falou para 72 sentenciados, além dos funcionários presentes nas palestras. Para elucidar ainda mais o tema, todos receberam material educativo no final de cada apresentação.

Segundo Castro, o trabalho realizado é muito importante pois, apesar das pessoas terem acesso às informações, sempre existem dúvidas a respeito da transmissão. "Quando devidamente orientados os indivíduos podem evitar contágio e transmissão", esclarece.

Para o sentenciado F.M.M. o evento foi de muita importância: "minha esposa faleceu aos 22 anos por causa do HIV, desde então, comecei a buscar informações sobre o assunto e pretendo divulgar o que aprendi para os meus colegas de cela", disse.

27/04/2009

CONJUR

<http://www.conjur.com.br/2009-abr-27/gilmar-mendes-defende-padroao-nacional-judiciario-brasileiro>

Ministro defende padrão nacional para Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, encerrou no domingo (26/4) os trabalhos do programa Integrar em Teresina, no Piauí. O estado serviu de projeto piloto para o Integrar, que será aplicado nos demais estados brasileiros. O objetivo é padronizar a qualidade do Judiciário. "A Justiça nacional tem que ter o mesmo padrão, o



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

mesmo stand-up no Brasil”, afirmou Mendes, que também preside o Conselho Nacional de Justiça.

A ideia do Programa Integrar é aprimorar o atendimento do Judiciário à população. Em 45 dias de trabalho, a equipe volante do CNJ reuniu os ramos da Justiça piauiense: Federal, Estadual e trabalhista. O CNJ treinou servidores locais a fim de modernizar atendimentos e resolver impasses que dificultam os trabalhos da Justiça do Piauí. Em alguns casos, a equipe de treinamento reuniu mais de 300 operadores do Direito da comunidade local. Entre eles, juízes e advogados. Mendes anunciou que um grupo de tecnologia da informação será enviado ao Piauí para ajudar no processo de informatização da Justiça.

Gilmar Mendes classificou o trabalho do CNJ no Judiciário do Piauí de “transformador”. Em alguns casos, havia vara de execução fiscal com mais de 30 mil processos acumulados. O CNJ fez mutirões e forneceu equipamentos. O presidente do STF afirmou que “é um trabalho sério de transformação para se ter uma justiça digna do século 21”. A próxima etapa do programa Integrar é no Maranhão, estado com o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano do país.

O ministro lembrou, ainda, da resistência encontrada pelo CNJ no Piauí no início das atividades. No evento, disse que nem sempre é possível desenvolver medidas que atendam aos anseios da população. Segundo Mendes, não cabe “aplausos fáceis” ao Judiciário. “A questão constitucional muitas vezes é pensada contra a maioria, ou até contra a opinião pública. Se fossemos perguntar à opinião pública em um determinado momento o que ela quer que se faça com um preso, pode ser que a opinião pública queira o seu linchamento, e essa não pode ser a resposta de uma sociedade civilizada”, afirmou.

Durante a visita a Teresina, Gilmar Mendes participou da inauguração de dois núcleos de advocacia voluntária, além de ter inaugurado as instalações do novo Fórum Criminal. Visitou ainda a Vara da Fazenda Pública do Estado, que foi toda reformada com o apoio do grupo do Programa Integrar, coordenado pelo CNJ.

Os núcleos de assistência foram instalados na sede da Casa de Justiça e Cidadania (Cenajus) e na Casa Albergado. Como foi noticiado pela revista Consultor Jurídico, um dos principais objetivos dos núcleos é prestar serviços à população carcerária. A ação faz parte do projeto “Prisão com Respeito à Dignidade da Pessoa Humana” para garantir o cumprimento da lei de Execuções Penais aos presos provisórios e condenados do sistema penitenciário e criminal brasileiro. O projeto vai traçar um diagnóstico completo de toda população carcerária do Estado do Piauí.

Além da população carcerária e seus familiares, os núcleos atenderão a pessoas que necessitem de assistência judiciária na área cível, como família, previdência e assistência social. O trabalho será desenvolvido em parceria entre os tribunais, faculdades de Direito, OAB e Defensoria Pública. Os trabalhos na Casa de Albergado já foram iniciados. A Casa de Justiça e Cidadania começou a prestar serviços após a inauguração no domingo.

Na Cenajus, além do atendimento aos cidadãos, foram disponibilizados à comunidade local sala de videoconferência, a biblioteca Municipal Juiz Federal Abdias Neves, museu Permanente de Arte Santeira, além de exposições fotográficas sobre o Supremo Tribunal Federal e o trabalho “Nascentes Urgente”, de Alcide Filho.

Em parceria com a prefeitura de Teresina, foi criado o serviço de ouvidoria Disque Cidade. A Cenajus servirá ainda de espaço de capacitação e formação, para a realização de diversos cursos, em parceria com os tribunais, para a capacitação de servidores, magistrados, multiplicadores, agentes sociais e agentes de todo o Sistema de Justiça. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Conselho Nacional de Justiça.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

28/04/2009

OAB-GO

<http://www.oabgo.org.br/oab/noticias/conquista/28-04-2009-oab-go-comemora-lei-que-estabelece-que-advogado-passa-a-ter-fe-publica/>

OAB-GO comemora lei que estabelece que advogado passa a ter fé pública

O presidente da OAB-GO, Miguel Ângelo Cançado, comemorou a sanção da Lei nº 11.925, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova lei estabelece que "o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal". Dessa forma, reconhece que o advogado privado tem fé pública, conferindo-lhe o mesmo poder de que já dispõem a magistratura e os membros do Ministério Público.

"É mais uma vitória da categoria e, com esta lei, o presidente Lula deu efetividade à dimensão constitucional da advocacia", garantiu Miguel Cançado ao destacar que a Seccional goiana está constantemente envolvida em conquistas para a advocacia, como a Lei da Inviolabilidade dos Escritórios de Advocacia (Lei 11.767), sancionada pelo então presidente da República em exercício, José Alencar, em agosto do ano passado, e que protege o escritório e os instrumentos de trabalho dos advogados. "A lei faz, de uma maneira correta, a separação entre a figura de um criminoso e a figura do advogado, e reforça que o relacionamento do advogado com o cliente é inviolável", afirmou. "Ela respeita as prerrogativas profissionais".

O presidente da Seccional lembrou ainda outra recente vitória da advocacia: a sanção pelo presidente Lula do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que iguala o prazo de prescrição entre as partes. Com isso, o prazo para se propor ações de prestação de contas contra advogados sobre pagamentos por serviços prestados caiu pela metade, de dez para cinco anos. Os advogados têm cinco anos para reclamar cobrança de honorários, mas, antes, os clientes tinham o dobro do tempo para cobrar contas. "A lei comprova que deve haver isonomia entre as partes", disse Miguel.

28/04/2009

TJBA

<http://www.tjba.jus.br/site/noticias.wsp?tmp.id=1365>

Criação de Conselhos de Conciliação



O deputado Valdeci Augusto visitou hoje o Tribunal de Justiça e, após encontro com a assessora de Projetos Especiais da Presidência, juíza Patrícia Cerqueira, prometeu levar a proposta de instalação de conselhos municipais de conciliação para beneficiar cerca de 40 municípios da região oeste da Bahia.

Disposto a conhecer o programa Balcão de Justiça e Cidadania, para implantá-lo em Santa Maria da Vitória e atender aos municípios limítrofes, o deputado assistiu ao vídeo institucional sobre o programa, quando foi surpreendido pela juíza, que, ao perceber a demanda populacional da região, sugeriu a instalação dos conselhos municipais.

Aprovado pelo Pleno em 27 de março, o Conselho Municipal de Conciliação só pode ser instalado em municípios que ainda não sejam sedes de comarcas. Além disso, é necessário que a cidade disponha de um servidor da prefeitura e um bacharel em Direito para compor o quadro de atendimento às partes.

Outras obrigações e competências para a instalação do Conselho Municipal de Conciliação são dispostas no acordo que é firmado entre a prefeitura e o Tribunal de Justiça.

A Assessoria de Projetos Especiais da Presidência, responsável pelo desenvolvimento desses programas, adianta que já existe mapeamento de municípios não-sedes de comarcas com possibilidade de instalação do Conselho Municipal de Conciliação.

Frutos desse estudo já serão colhidos, como a reunião que acontece amanhã entre o Tribunal de Justiça e o prefeito do município de Tanquinho. Na quinta-feira, o prefeito de Candeal discute a instalação do conselho no município.

27/04/2009

Tentativa de fuga - Descoberta de túnel restringe visita no IPPOO II

Durante o dia de ontem não foram liberadas visitas para os presos da vivência 5, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II, onde no último sábado foi descoberto um túnel. As visitas foram restritas para outros presos



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

Landry Pedrosa
da Redação
27 Abr 2009 - 01h14min

O dia de visitas ontem, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira (IPPOO-II), em Itaitinga, onde na manhã do último sábado, a guarda interna descobriu um túnel, foi de muitas reclamações. Tudo começou a partir das 6 horas, quando muitos familiares de presos não tiveram acesso à vivência 5, onde foi descoberta a escavação já bastante adiantada.

Às 10h30min, quando a reportagem do O POVO chegou ao IPPOO-II as filas já se postavam em frente ao portão, onde estava de plantão apenas um vigilante. Sob um galpão em frente mais familiares de presos também aguardavam a hora de entrar. Mas enquanto o tempo passava as reclamações aumentavam cada vez mais. Tudo isso relacionado com a demora em torno da liberação da hora para entrar.

“Estou aqui desde às 7 horas. Acordei muito cedo para fazer o almoço do meu marido e pelo que estou presentindo a comida vai azedar e eu não consigo entrar para visitá-lo”, disse Maria Flávia de Souza, acrescentando que seu marido está preso desde o ano passado e, conforme ela, está com parafusos enfiados na perna esquerda, consequência de um tiro de que foi vítima na Capital.

Flávia de vez quando chamava a atenção de outras familiares de presos, ao mesmo tempo apontando para o setor de plantão dizendo que ali não havia ninguém para resolver o problema dos visitantes. Maria Rosângela, que iria visitar um irmão, preso há mais de dois anos disse que algumas pessoas haviam chegado na noite anterior e penoiteram no galpão. “Sempre há demora para liberarem a nossa entrada”, contou enfatizando que nos dias de visitas este problema tem azucrinado a vida de familiares de presos. Às 11 horas o problema foi solucionado.

O túnel encontrado no IPPOO- II por onde deveria ocorrer uma fuga em massa, conforme o diretor da Coordenadoria do Sistema Penal (Cosipe), Bento Laurindo, somente deverá ser fechado hoje à tarde, quando então podemos constatar as suas dimensões. “Por conta disso foi que isolamos a vivência 5, local onde estava sendo feita a escavação e por conseguinte não liberamos as visitas aos presos que lá estão recolhidos”, disse Bento Laurindo, acrescentando, que 10 presos encontrados dentro do túnel foram identificados e depois transferidos para outros presídios da Região Metropolitana de Fortaleza. “Eles serão punidos administrativamente”, afirmou o Diretor do Cosipe, salientando que agora as investigações deverão apontar o responsável pela construção do túnel.

Para a diretora do IPPOO-II, Ruth Leite, o túnel estava sendo cavado, supostamente, há dias. A escavação partia de um vaso sanitário em direção ao muro, que dá para um loteamento à esquerda do presídio. Na vivência 5 estavam recolhidos 100 presos. Atualmente o IPPOO-II recolhe 705 presos. Sua capacidade é apenas para 500.

27/04/2009

Folha de São Paulo

Com superlotação e onda de fugas em cadeias, Alagoas decreta 'urgência administrativa' na segurança

Carlos Madeiro
Especial para o UOL Notícias
Em Maceió

Depois de registrar fugas em sete delegacias e descobrir três túneis em prisões do Estado em abril, o governo de Alagoas decretou nesta segunda-feira (27) estado de urgência administrativa na segurança pública. A medida vale por 180 dias e reduz a burocracia das licitações e visa garantir que os recursos da Secretaria de Defesa Social do Estado não serão contingenciados. Só neste mês, 56 presos escaparam de delegacias de Alagoas.



Túnel de 40 metros descoberto por agentes penitenciários no presídio Cyridião Durval na última semana.



Buraco feito por presos na Deplan III, onde fugiram seis detentos

O governo atribui a onda de fugas às condições precárias das prisões e pretende com o decreto permitir a realização de obras emergenciais de reformas nos estabelecimentos prisionais.

O decreto, publicado hoje em Diário Oficial, leva em consideração "a situação emergencial existente no sistema prisional, tendo em vista o excesso de presos" e a "superlotação também existente em delegacias". O Estado tem hoje cerca de 2.500 presos, dos quais aproximadamente 650 estão em cadeias de delegacias e 1.815 nos presídios (505 a mais que o número de vagas do sistema prisional).

Agilidade em licitações

O decreto possibilita "a contratação de direta de serviços e bens indispensáveis à manutenção da prestação de serviços públicos pelo tempo necessário à realização dos devidos certames licitatórios". "Isso possibilita que o Estado evite que um processo de licitação de obras, que poderia durar até um ano para ser analisado, iniciado e executado, seja feito em cerca de duas semanas. Essas obras de reformas significam muito para a sociedade", afirmou o secretário de Defesa Social, Paulo Rubim.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

A medida determina a garantia da manutenção do orçamento aprovado para 2009 da pasta, mesmo com possíveis cortes de arrecadação e repasses do governo federal. O decreto autoriza a aquisição imediata de equipamentos (armas, inclusive) para as polícias Civil e Militar.

O decreto de urgência foi um pedido unânime do Conselho Estadual de Segurança Pública, que espera "agilidade" do governo na contratação de serviços. Além do alto índice de homicídios registrados em 2008 e início de 2009, a Secretaria de Defesa Social enfrenta problemas graves de infra-estrutura nas delegacias e presídios e críticas do setores ligados à Justiça e segurança pública. Na semana passada, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Alagoas, Omar Coelho, chegou a afirmar ao UOL que as delegacias do Estado "deveriam ser fechadas pela Saúde Pública".

Decreto "não resolve" o problema, diz juiz

Para o presidente do Conselho Estadual de Segurança Pública, juiz Manoel Cavalcante, o decreto permite que o Estado agilize a reforma das carceragens, mas não vai resolver o problema da segurança no Estado. "Há uma ansiedade da população que se resolva 50 anos de problemas das delegacias, dos presídios, com um decreto, que vai ser apenas um elemento nessa reconstrução. O problema dos presídios e delegacias de é complexo. O que não podemos admitir é que a burocracia atrapalhe obras que são urgentes", explica.

Cavalcante acredita que outros problemas da segurança pública não passam por publicações de decretos. Um deles é a melhor atuação da Polícia Militar, que, segundo ele, utiliza mal os policiais. "É preciso repensar como estão alocados os nossos policiais. O Estado gasta R\$ 555 milhões com a segurança todos os anos, e mais de 90% desse valor é para a folha de pagamento. Fala-se muito em defasagem, mas de que adianta contratar policiais e eles ficaram no quartel ou tomando conta de presos nas delegacias? Estamos avaliando essa situação", informa o magistrado.

Alagoas tem hoje 8.500 policiais militares, quando seriam necessários 13 mil, segundo a corporação.

O presidente do Conselho de Segurança avalia que o papel da Justiça no problema dos presos é crucial. "Temos uma população provisória nos presídios e delegacias que chega a 70% do total. A Justiça está realizando mutirões e precisa analisar esses casos para criar novas vagas nos presídios. Não podemos somente responsabilizar o Executivo nesse problema", acredita Manoel Cavalcante.

Justiça impede transferência de presos de delegacias

No mesmo dia em que decreta urgência, o Estado recebeu uma notificação da Justiça que impede a transferência de presos das delegacias para os presídios. A determinação é do juiz da Vara de Execuções Penais do Estado, Ricardo Lima. A medida vai de encontro à ideia do delegado-chefe da Polícia Civil no Estado, Marcílio Barenco, de acabar com as carceragens nas delegacias. "Os policiais civis devem estar nas ruas, investigando. Não é possível que só Alagoas mantenha esses presos em delegacias, sem estrutura adequada. Local de preso é no presídio", disse.

Greve no IML

Os peritos do Instituto Médico Legal de Maceió decretaram greve nesta segunda-feira e anunciaram que vão manter apenas os serviços de liberação de corpos, das 7h às 19h. "A greve é por tempo indeterminado e atinge a 100% dos peritos. Queremos que o governo estenda o reajuste dado no ano passado aos policiais civis. Só serão feitos aqui os exames de corpo de delito em mortos e exames para constatar estupros", afirma o médico-perito Luiz Carlos Buarque.

Homicídios

Segundo dados oficiais do governo alagoano, Alagoas registrou no primeiro trimestre de 2009



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

queda de 4,5% no índice de homicídios em relação ao mesmo período de 2008. Entre janeiro e março, 497 pessoas foram assassinadas no Estado. Em todo o ano de 2008, 2.064 pessoas foram mortas em Alagoas, metade delas na capital, Maceió.

O alto número de homicídios, segundo o secretário, está ligado diretamente ao tráfico de drogas. "Cerca de 70% desses homicídios em todo o Estado estão ligados às drogas. E isso tem se refletido quase sempre nas áreas de exclusão social, tanto da capital como do interior", disse o secretário.

27/04/2009

Zero Hora

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2490032.xml&channel=13&tipo=1§ion=Geral>

Judiciário indicará ao governo gaúcho cadeias que precisam de investimentos urgentes

Primeira a receber recursos será a Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Com o objetivo de amenizar a curto prazo a superlotação nos presídios gaúchos, o governo do Estado pediu ao Judiciário que aponte as casas prisionais que precisam receber reformas emergenciais. Deverão ser prioritárias as 22 cadeias interditas total ou parcialmente pela Justiça.

A primeira a receber recursos será a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, mesmo que o Estado ainda não tenha sido notificado oficialmente. A Justiça já determinou a conclusão das obras na Penitenciária Modulada de Montenegro até junho para receber detentas.

Na sexta-feira, pelo menos cinco secretários estaduais estiveram no Tribunal de Justiça para informar a disposição do Executivo de liberar R\$ 21 milhões para obras de extrema urgência. O secretário do Planejamento conta que empresas estão sendo chamadas para realizar laudos rápidos nas cadeias com interdição. Matheus Bandeira disse que a idéia é começar as contratações ainda nesta semana.

São R\$ 117 milhões previstos no orçamento deste ano para construção e reforma de presídios. O secretário do Planejamento admite que entraves burocráticos continuam atrapalhando a construção de novas cadeias.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Luís Felipe Brasil Santos, comemorou a iniciativa do Executivo, mas lamenta que a verba seja insuficiente diante do cenário atual do sistema carcerário gaúcho.

A lista com os presídios que precisam de investimentos mais urgentes será encaminhada ainda hoje pelo Poder Judiciário à Secretaria da Segurança Pública do RS. O déficit de vagas nas cadeias gaúchas chega a 10 mil. Amanhã, o mesmo grupo de secretários que se reuniu com juizes vai ao Ministério Público Estadual.

27/04/2009

Zero Hora



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer,ge tBlog&pg=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&tipo=1&coldir=1&uf=1&local=1&blog=27&post=174854&siteId=552>

Emergência nos presídios: para que mesmo?

Há seis meses, mais precisamente no dia sete de outubro de 2009, a governadora Yeda Crisius decretou emergência no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul e a criação de uma força-tarefa para agilizar a realização das obras necessárias nos presídios.

Conforme nota publicada na época pela agência de notícias do Piratini, a decisão, referendada pelo Conselho Político do Governo, tornaria disponíveis os recursos previstos no orçamento para aplicação imediata na construção e ampliação de presídios e na aquisição de equipamentos.

"A situação dos presídios é desumana, e estou trazendo para mim a responsabilidade de buscar uma solução para os problemas apontados", afirmou a governadora. "A solução tem que ter um compasso mais acelerado do que tem agora, mas sem nenhum desrespeito às regras existentes do bom uso do dinheiro público", completou Yeda na ocasião.

Ao mesmo tempo, o secretário da Segurança Pública, Edson Goularte, disse que estava programada a aplicação de cerca de R\$ 102,2 milhões na ampliação de vagas prisionais, construção de seis albergues, reformas de penitenciárias e, ainda, na construção de mais cinco penitenciárias estaduais, com 672 vagas cada.

Por tudo isso, é estranho que, seis meses depois, o Governo do Estado ainda tenha que pedir ao Poder Judiciário que indique os presídios que precisam de investimentos mais urgentes. E que esteja disposto a investir R\$ 21 milhões para obras mais urgentes.

Mas o decreto de emergência não foi assinado justamente para eliminar etapas burocráticas e permitir uma ação mais rápida do executivo estadual? E a tal força-tarefa, o que fez nesse tempo todo se o governo sequer sabe quais são as cadeias em pior estado? E os R\$ 102,2 milhões anunciados por Goularte foram usados para que?

27/04/2009

CONJUR

<http://www.conjur.com.br/2009-abr-27/mutirao-vara-execucoes-penais-goiania-libera-229-presos>

Vara de Execuções Penais em GO libera 229 presos

Durante 15 dias, foi feito mutirão carcerário para regularizar os serviços da Vara de Execuções Penais (VEP) de Goiânia (GO). Balanço divulgado na semana passada pelo Tribunal de Justiça de Goiás mostrou que 2.435 processos foram analisados e 229 presos deixaram o sistema prisional. Segundo o juiz Wilson da Silva Dias, da VEP, 129 pessoas do regime fechado receberam benefícios. No total, 44 tiveram livramento condicional, 49 progressão de pena do semiaberto para o aberto, 28 para Casa do Albergado, 5 para o aberto domiciliar e outros 3 foram liberados para a prestação de serviços. No regime semiaberto, 100 presos foram favorecidos e deixaram cadeias e a Casa de Prisão Provisória.

Além disso, foram dadas 454 decisões, 828 despachos e 232 liquidações de pena. Um total de 704 processos foram encaminhados ao Ministério Público, 93 cadastrados e 734 oficiados. Os volumes arquivados somam 269. A VEP fez ainda 1.540 atendimentos no balcão, o que resulta numa média de 150 por dia. A equipe expediu também 125 mandados de prisão e 52 de intimação e concedeu 22 saídas da Casa do Albergado e 115 do regime semiaberto. Além disso, o sistema para Confecção de Cálculos de Liquidação de Penas Privativas de Liberdade efetivou, no período, 376 processos, num total de 700 eventos.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

“O balanço é positivo. É claro que não resolveremos o problema da superlotação dos presídios, que só será sanada com a construção de presídios. Mas, os números falam por si só. Agora, é necessário que o Poder Executivo invista em educação, políticas sociais e construção de presídios”, afirmou o juiz Wilson Dias, ressaltando, entretanto, que o mutirão já colaborou para diminuir a população carcerária.

Ainda segundo Dias, antes do mutirão a Casa de Prisão Provisória tinha 1.290 detentos e agora possui 1.250, o que resultou em 40 vagas. Apesar da capacidade do presídio ser para 750 presos, Wilson Dias considera que houve melhoria, uma vez que as delegacias já dispõem de vagas na CPP. Nas cadeias, avalia, também houve redução na população carcerária. Hoje, existem 201 presos nas cadeias especializadas e nas quatro centrais de flagrante. Antes do mutirão, eram 219 presos. “Ainda há superlotação considerando a capacidade física, mas, comparando com o quadro que tínhamos há 15 dias, houve diminuição”, disse.

27/04/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/main.asp?View=%7B7CBDB5BE%2D654D%2D4BA8%2D8A49%2D8FC8AA654ECE%7D&Team=¶ms=itemID=%7B467B5CAB%2D6A3A%2D4B83%2DA7DD%2D8546C408F407%7D%3B&UIPartUID=%7B2218FAF9%2D5230%2D431C%2DA9E3%2DE780D3E67DFE%7D>

Jovens detentos poderão concluir ensino fundamental

Brasília, 27/04/09 (MJ) - A conclusão do ensino fundamental está mais acessível para os detentos do sistema prisional, com idade entre 18 e 29 anos, que cumprem pena em regime fechado. Nesta terça-feira (28), em Brasília, a primeira etapa do Projovem Prisional vai capacitar 21 profissionais para atuar na coordenação da iniciativa em penitenciárias do Acre, Pará e Rio de Janeiro.

A ação faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e é desenvolvido em parceria pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. Nesta fase inicial vai atender 560 presos: 300 no Pará, 200 no Rio de Janeiro e 60 no Acre.

As aulas dos detentos começam em junho. Até lá, as instituições de ensino contratadas pelos estados também terão treinamento específico sobre as peculiaridades da educação no sistema prisional. “Nem sempre o professor está preparado para dar aulas nas penitenciárias. Existem questões que precisam ser discutidas como vulnerabilidade emocional e diferença nas formas de abordagem dos alunos”, observa o Coordenador de Apoio ao Trabalho e Renda, Marcus Castelo Branco.

A capacitação dos detentos será feita em 18 meses e a seleção dos alunos vai analisar se o tempo de detenção é suficiente para completar os módulos dos cursos. De acordo com a Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino do Depen, neste primeiro encontro serão capacitados diretores de pólos prisionais, coordenadores estaduais de educação do sistema prisional e gestores do Projovem.

Os convênios têm duração de dois anos e foram firmados com os três estados no segundo semestre do ano passado. Cada um deles receberá recursos de acordo com o total de presos beneficiados. O treinamento para as instituições de ensino que vão executar as ações educativas nos estados acontecerá entre os dias 4 e 7 de maio, no Rio de Janeiro.

“Fizemos um retrato da realidade de cada local para mediar as dificuldades que serão encontradas pelos estados ao longo da execução do programa”, afirma a assistente social Rejane Braga, da Coordenação de Apoio ao Ensino do Depen.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

Ela ressalta que a iniciativa é desafiadora e vai elevar os índices de escolaridade, além de aproximar os presidiários do mercado de trabalho. “Foi preparado um desenho de educação dinâmico com um diferencial que respeite as regras de segurança dos presídios”, diz Rejane.

27/04/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJFB3ADAA8ITEMID467B5CAB6A3A4B83A7DD8546C408F407PTBRIE.htm>

Jovens detentos poderão concluir ensino fundamental

Brasília, 27/04/09 (MJ) - A conclusão do ensino fundamental está mais acessível para os detentos do sistema prisional, com idade entre 18 e 29 anos, que cumprem pena em regime fechado. Nesta terça-feira (28), em Brasília, a primeira etapa do Projovem Prisional vai capacitar 21 profissionais para atuar na coordenação da iniciativa em penitenciárias do Acre, Pará e Rio de Janeiro.

A ação faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e é desenvolvido em parceria pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. Nesta fase inicial vai atender 560 presos: 300 no Pará, 200 no Rio de Janeiro e 60 no Acre.

As aulas dos detentos começam em junho. Até lá, as instituições de ensino contratadas pelos estados também terão treinamento específico sobre as peculiaridades da educação no sistema prisional. “Nem sempre o professor está preparado para dar aulas nas penitenciárias. Existem questões que precisam ser discutidas como vulnerabilidade emocional e diferença nas formas de abordagem dos alunos”, observa o Coordenador de Apoio ao Trabalho e Renda, Marcus Castelo Branco.

A capacitação dos detentos será feita em 18 meses e a seleção dos alunos vai analisar se o tempo de detenção é suficiente para completar os módulos dos cursos. De acordo com a Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino do Depen, neste primeiro encontro serão capacitados diretores de pólos prisionais, coordenadores estaduais de educação do sistema prisional e gestores do Projovem.

Os convênios têm duração de dois anos e foram firmados com os três estados no segundo semestre do ano passado. Cada um deles receberá recursos de acordo com o total de presos beneficiados. O treinamento para as instituições de ensino que vão executar as ações educativas nos estados acontecerá entre os dias 4 e 7 de maio, no Rio de Janeiro.

“Fizemos um retrato da realidade de cada local para mediar as dificuldades que serão encontradas pelos estados ao longo da execução do programa”, afirma a assistente social Rejane Braga, da Coordenação de Apoio ao Ensino do Depen.

Ela ressalta que a iniciativa é desafiadora e vai elevar os índices de escolaridade, além de aproximar os presidiários do mercado de trabalho. “Foi preparado um desenho de educação dinâmico com um diferencial que respeite as regras de segurança dos presídios”, diz Rejane.

26/04/2009



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

Jornal da Cidade

<http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=31535>

Detentos encontram a morte ao sair da prisão

Texto: Edjane Oliveira

A tão aguardada liberdade, para alguns ex-detentos, ao invés de ser a porta de entrada para uma nova vida pode ser também o início de um caminho sem volta. Não raros são os casos de ex-presidiários que perderam a vida pouco tempo depois de deixarem a cadeia. O medo do que lhes aguarda fora das grades é motivado, principalmente, pelo crime que cometeram e que lhes levaram a perder a liberdade. É o caso do ex-presidiário Antônio Carlos Santos, que era conhecido como "Trucada".

Com um histórico de envolvimento no tráfico de drogas, roubo e furtos, ele estava detido no Complexo Penitenciário Manuel Carvalho Neto (Copemcan), em São Cristóvão. Quinze dias depois de conseguir a liberdade condicional, Antônio foi assassinado a tiros, no dia 5 de março, no bairro Eucaliptus, no município de Itabaiana, distante 56 quilômetros de Aracaju. Para a polícia, uma das possibilidades é que o crime tenha relação com os antecedentes criminais de Antônio Carlos.

A liberdade do ex-presidiário Elenilson Santana Messias durou pouco mais de dois meses. Ele foi preso em Minas Gerais, juntamente com um grupo de sergipanos, acusado de assalto e porte ilegal de armas. Cumpriu um ano e meio da pena na região Sudeste e depois foi transferido para Sergipe. No início do ano, Elenilson foi liberado. Mas no dia 4 de março ele foi encontrado morto a tiros, no acesso entre os povoados Queimada e Vermelho, também em Itabaiana. Para a polícia, uma das principais suspeitas é que o crime também tenha sido motivado por alguma coisa relacionada ao seu passado criminal.

Esta situação não é muito diferente do assassinato do ex-detento José Cleuto Ferreira Costa, ocorrido em 18 de janeiro, pouco mais de dois meses depois de ter sido beneficiado pela progressão de regime e ter alcançado a liberdade. Ele tinha sido condenado por roubo a seis anos pela Comarca de Cristinápolis. Em Itabaiana, foi sentenciado a quatro anos de reclusão por prática de furto de motos e bicicletas. Cleuto foi encontrado morto a tiros no interior de uma casa no conjunto São Francisco, em Itabaiana, possivelmente por vingança ou acerto de contas.

Medo da liberdade

Em comum, além de terem acontecido na cidade de Itabaiana, esses crimes têm o fato de representarem a dificuldade enfrentada pelos ex-detentos ao ganharem a liberdade, seja pelo fato de acabarem reincidindo em delitos ou por virarem alvos fáceis de antigos desafetos de antes de entrarem na cadeia, como foi o caso do ex-presidiário Gerson do Santos, morto em consequência de queimaduras de 2º e 3º graus que atingiram 75% do seu corpo.

Embora a família não acredite nessa possibilidade, coincidência ou não todos os requintes de crueldade utilizados em seu assassinato dão a entender que o crime pode ter tido alguma relação com o ato praticado por Gerson, que tentou carbonizar vivo um colega, que depois de seis dias internado na Unidade de Tratamento de Queimados do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) veio a óbito.

Por conta desses riscos, o retorno para casa, que deveria trazer alegria, pode se transformar em motivo de apreensão e medo para os internos recém-liberados. Para o presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal e da Pastoral Carcerária, Carlos Antônio Magalhães, o "Magal da Pastoral", nos casos de homicidas, traficantes e usuários de drogas



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

esse medo do retorno à sociedade é maior. “Especialmente no caso dos que cometeram assassinato eles temem que algum familiar da vítima venha vingar o crime”, disse.

No entanto, segundo Magal, em qualquer situação o maior problema é a volta ao meio de onde saíram, especialmente para quem teve envolvimento com o tráfico de drogas. “Existe uma corrente muito forte, onde os traficantes não arredam o pé de quem quer mudar de vida”, afirmou. Por isso ele acredita que nesses casos o ideal seria que os ex-detentos que decidiram realmente deixar a vida de crimes saíssem do Estado quando deixassem a prisão, evitando assim esse tipo de morte.

Sem acompanhamento

Embora a Lei de Execuções Penais dedique uma seção especialmente para tratar da assistência ao egresso, que teria como objetivo dar orientação e apoio para reintegrá-lo à sociedade, concedendo, se necessário, alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses, além de colaborar para que ele obtenha um trabalho, em Sergipe esse acompanhamento não vem sendo feito pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Sejuc).

De acordo com o diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Manuel Lúcio Neto, a principal dificuldade para não se realizar esse acompanhamento é a inexistência da Casa do Albergado em Sergipe. Como não existe esse espaço, o preso que está no regime aberto cumpre a pena em casa. O diretor do Desipe informou que a Sejuc está estudando a possibilidade de construir ou alugar um imóvel para fazer funcionar a Casa do Albergado. “Porque não é só o espaço físico, tem que ter toda uma estrutura, com equipe e alimentação, entre outras coisas”, explicou.

Magal da Pastoral entende que se o Estado cumprisse seu papel de fazer o acompanhamento dos ex-detentos seria uma forma de diminuir o índice de reincidência. “Mas, infelizmente, fica essa lacuna muito séria por parte do Estado para esses que saem”, disse, ao ressaltar que alguns internos deixam as penitenciárias com apenas a roupa do corpo e por conta disso a alegria da liberdade dá lugar ao desespero de não saber o que fazer e para onde ir. “O apoio e a acolhida da família são fundamentais para que esse ex-interno não retorne para o mundo do crime ou seja morto tão logo saia da cadeia”, afirmou.

Pastoral estende a mão

Há aproximadamente 15 anos a Pastoral Carcerária realiza em Sergipe um trabalho de acompanhamento de egressos do sistema penitenciário e seus familiares. Atualmente, menos de dez ex-detentos freqüentam regularmente o grupo, que se reúne com o objetivo de ajudá-los a manterem-se firmes e longe da criminalidade, aproveitando a nova oportunidade dada a eles pela Justiça após terem cumprido a pena.

Segundo um dos facilitadores do grupo, Vicente Silva Lopes, há uma rotatividade muito grande, motivada porque alguns moram no interior e é grande a dificuldade de locomoção, alguns porque não têm condições de se deslocarem por conta da carência de recursos financeiros e outros porque estão em liberdade assistidas e têm horário certo para retornar ao presídio. Ele disse que dentro do grupo existem egressos que participam do grupo há mais de dez anos. Alguns deles, ex-detentos reincidentes que decidiram a partir dessa terceira chance que a vida lhe deu se manterem afastados do mundo do crime, inclusive agora trabalhando.

As reuniões acontecem todas as segundas-feiras, na rua Itabaianinha, 67, sala 103, em frente à agência central dos Correios. Nelas, é feito um trabalho de apoio psicológico e espiritual. “Não temos como foco a parte assistencialista. Tudo é feito com base no Evangelho”, explicou Vicente/Lopes. Durante a reunião, os participantes leem a Bíblia, cantam músicas sacras acompanhados por violão e conversam sobre a vida e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia. “Ouvimos o que eles têm a dizer, seus depoimentos de vida”, disse.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

Ele contou que apesar das dificuldades o grupo tem conseguido se manter. “Raríssimos são os casos de egressos que estão aqui conosco e que retornam ao presídio”, disse Vicente, lembrando-se de apenas um caso de um detento, condenado por abuso de crianças, que por quatro vezes retornou ao presídio.

Segundo o coordenador da Pastoral Carcerária, Magal da Pastoral, esse grupo é uma forma de apoiar essas pessoas para que eles se sustentem na fé e a perseverança. “Se a gente tivesse condições de dar uma oportunidade a eles, haveria até mais interesse em participar. Mas infelizmente não temos”, disse Magal da Pastoral, acrescentando que esporadicamente surge uma oportunidade de emprego para os que permanecem firmes. Egressos do sistema penitenciário ou familiares que quiserem participar do grupo é só comparecer ao local das reuniões, que acontecem às segundas-feiras, das 19h30 às 21h.

Presídios ressocializam através do trabalho

Para tentar diminuir o elevado índice de reincidência e promover a ressocialização dos internos, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Sejuc) disponibiliza o acesso ao trabalho nas oito unidades prisionais do Estado. Os internos participam de atividades de carpintaria – disponível nos presídios de Nossa Senhora da Glória e Areia Branca, tanto no regime fechado quanto no semiaberto –, corte e costura de bolas, graças a um convênio entre a secretaria e o Ministério do Esporte, além do trabalho na manutenção e nas cozinhas dos presídios.

O maior percentual de internos que trabalham dentro dos presídios está na Penitenciária de Areia Branca, onde 35% dos 200 internos do regime fechado desempenham atividades diárias. Além disso, os detentos participam de aulas, realizadas dentro do projeto educacional criado para promover a ressocialização dos presos. Na última semana, cerca de 300 internos de todas as unidades prisionais participaram das provas da primeira etapa do supletivo.

Segundo o diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Manuel Lúcio Neto, a Secretaria de Justiça também vai promover o curso Capacitar, onde uma empresa terceirizada irá ministrar cursos de eletricista predial, pintura de casas e, para as mulheres, confeitaria e padaria, em todas as unidades prisionais. “Hoje, no sistema prisional de Sergipe, só fica sem estudar aquele interno que realmente não tem interesse”, afirmou Manuel Lúcio.

Atualmente, a população carcerária de Sergipe é de 2.900 presos, entre processados e condenados, abrigados em oito unidades prisionais: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP); Presídio Feminino; Cadeião de Nossa Senhora do Socorro; Complexo Penitenciário Antônio Jacinto Filho, no Santa Maria; Presídio de Areia Branca, nos regimes fechado e semiaberto; Presídio Leite Neto, de Nossa Senhora da Glória; e o Presídio Manuel Barbosa Souza, em Tobias Barreto. O índice de reincidência gira em torno de 40%.

26/04/2009

Correio Forense

http://www.correioforense.com.br/noticia/idnoticia/43871/titulo/O_STF_e_o_justicianismo_penal.html

O STF e o justicianismo penal

Em recente decisão (HC 84078), que já se pode dizer histórica e paradigmática, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos (sete contra quatro), entendeu como ilegítima a



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

execução provisória de sentença penal condenatória ainda passível de recurso junto às instâncias superiores. Vale dizer, de acordo com o entendimento de sete dos ministros que compõem o pleno do STF — entre eles o ministro Eros Roberto Grau, relator do feito —, um réu, ainda que condenado em grau de recurso junto às instâncias ditas ordinárias (isto é, tribunais de Justiça estaduais ou tribunais regionais federais), não deve ver-se submetido à pena de prisão se ainda houver a possibilidade de revisão jurídica da condenação mediante a interposição dos recursos especial ou extraordinário, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

É por demais evidente que uma decisão com tal teor, num primeiro momento, causa surpresa àqueles que não militam no dia a dia do sistema de justiça criminal — pois, segundo a visão leiga acerca do assunto, estar-se-ia criando uma justiça penal do faz de conta. No entanto, antes de tudo — e como forma de clarificar o assunto ao grande público — torna-se fundamental remarcar: trata-se de uma decisão que apenas outorga e confere efetividade às prescrições constantes em nossa carta constitucional, especialmente àquela que estatui o princípio da presunção de inocência (também conhecido pelos profissionais da área criminal como princípio da não culpabilidade), de acordo com o qual "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória" (art. 5º/CF, inc. LVII).

Ou seja, no interior de um Estado de Direito verdadeiramente democrático, a liberdade é a regra; a prisão, a exceção. Noutras palavras, a prima donna de uma autêntica República é a liberdade de todo e qualquer cidadão frente à coruscante voracidade punitiva do Estado-Leviatã — liberdade esta, inclusive, que historicamente constituiu (e não é preciso voltar muitos anos atrás em nossa experiência institucional) a notável marca de atuação do Supremo Tribunal Federal.

Mais do que isso: trata-se de uma decisão que, além de dotar de validade o princípio constitucional da presunção de inocência (de modo pioneiro, ao menos no que se refere à imposição da mais gravosa de todas as sanções previstas em nosso ordenamento jurídico), sinaliza para a necessidade de releitura constitucional do instituto da prisão cautelar (e aqui estamos a falar de todas as espécies de prisões que antecedem ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, englobando, desse modo, a prisão por flagrante delito, a prisão temporária, a prisão preventiva, etc). É preciso que o magistrado da instância ordinária — e, afinal, conhecedor dos fatos — fundamente, com base nos requisitos previstos no art. 312/CPP (sobretudo no que respeita à conveniência da instrução criminal e ao asseguramento da aplicação da lei penal), a necessidade de decretação da prisão preventiva — mesmo porque tal determinação judicial pode ocorrer, enfatize-se, a qualquer tempo no processo.

Não há qualquer motivo considerável, portanto, que nos autorize — nesse caso — a adotar um discurso meramente pragmático, e de um baixo teor científico, já que revestido com um fastidioso utilitarismo (segundo o qual a ação cega deve preponderar sobre uma sábia e detida reflexão), em prol de um temerário justicianismo penal — figura arquetípica de todas as civilizações néscias, que sempre visualizaram a Justiça punitiva como um lídimo instrumento de opressão estatal dos alvos sociais de plantão. E mais: não há que se temer, e ainda que se trate de candente matéria penal, pelas inovações acalentadas no interior da principal corte do Poder Judiciário brasileiro — como que se os atuais integrantes do STF estivessem perenemente agrilhoados a entendimentos obsoletos e tecnicamente descuidados, sustentados por alguns de seus antigos pares, sobremaneira desatentos ao momento de transição histórica da sociedade brasileira rumo à afirmação da Democracia. Em suma, diante do início da campanha pública de demonização dessa inovadora e corajosa decisão do Pleno do STF, sempre restarão as palavras da canção vigorosamente interpretada por Elis Regina: "Mas é você que ama o passado e que não vê/ é você que ama o passado e que não vê/ que o novo sempre vem!".

Autor: GUILHERME MEROLLI

Advogado criminalista em Florianópolis (SC) e ex-professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

26/04/2009

CONJUR

<http://www.conjur.com.br/2009-abr-26/cnj-lanca-piaui-projeto-acompanhar-situacao-presos>

CNJ quer acompanhamento de situação de presos

Será lançado neste domingo (26/4), no Piauí, o “Projeto Prisão com Respeito à Dignidade da Pessoa Humana”, para dar garantia do cumprimento da lei de Execuções Penais aos presos provisórios e condenados do sistema penitenciário e criminal brasileiro. O evento, que contará com a presença do presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, faz parte do encerramento das atividades do Grupo Volante de Apoio à Justiça, agora denominado “Programa Integrar”, do CNJ.

O objetivo do “Projeto Prisão com Respeito à Dignidade da Pessoa Humana” é traçar um diagnóstico completo de toda população carcerária do Estado do Piauí. A partir daí, por meio de uma equipe multidisciplinar, coordenada por dois juízes, traçar planos de ação para dar total assistência jurídica, psicossocial e de saúde. “A idéia é proporcionar aos presos o cumprimento de suas penas com dignidade e de maneira que não sejam excluídos de noções básicas de cidadania”, disse o juiz Thiago Brandão de Almeida, um dos coordenadores do Núcleo no Piauí.

O programa foi criado a partir da necessidade de se garantir que os direitos humanos dos presos sejam respeitados. Além de contribuir para a humanização dos cárceres, o Projeto Prisão com respeito à Dignidade da Pessoa Humana vai investir na celeridade de decisões sobre liberdade provisória. As medidas visam cumprir Resolução nº 66, do CNJ que disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.

No evento, Gilmar Mendes visitará a Casa de Justiça e Cidadania do Piauí, onde participará da instalação do Núcleo de Advocacia Voluntária. A instalação da biblioteca, que tem acervo físico e virtual, no Núcleo de Advocacia Voluntária, também contará com a presença do presidente do STF. Ele visitará a Vara de Fazenda, instalada no prédio do Tribunal de Justiça.

Programa

Integrar

A equipe do “Programa Integrar”, que foi designada pelo CNJ para aprimorar o funcionamento da Justiça no Piauí, fará neste domingo (26/4) apresentação do relatório sobre o período em que permaneceu no estado. Formado por 13 pessoas, o grupo Integrar, é coordenado pela juíza auxiliar da presidência do CNJ Maria da Conceição da Silva Santos, com o auxílio do juiz Paulo Tamburini, também juiz auxiliar do CNJ.

A equipe chegou ao estado no dia 9 de março e introduziu medidas de modernização e otimização de rotinas na estrutura do Judiciário piauiense. Foram 45 dias de trabalhos, em que o grupo organizou mutirões para ajudar na prestação de serviços e garantir melhorias no serviço judiciário. Leva o nome “integrar”, pois a equipe volante do CNJ interage com todos os ramos da justiça no estado — estadual, federal e do trabalho. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.

25/04/2009

Folha de São Paulo



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2504200919.htm>

Lei antifumo não valerá em estádios e prisões de SP

DA REPORTAGEM LOCAL

Recém-aprovada pela Assembleia Legislativa, a lei antifumo em São Paulo não será aplicada a estádios de futebol nem aos centros de detenção. Pelo entendimento da Secretaria de Estado da Saúde, os estádios são considerados área aberta, onde não vigoraria a proibição ao fumo.

No governo, a avaliação é que a proibição nos estádios seria de difícil aplicação, pondo em risco a vigência de toda a lei. Um dos temores manifestados pelo governador José Serra (PSDB) é que, de tão dura, a legislação seja boicotada.

Em outros países, como a Austrália e o Canadá, as leis locais baniram o cigarro dos estádios ao proibir o fumo em locais de "grande concentração de pessoas", por entender que, mesmo ao ar livre, a fumaça exalada pelos fumantes é prejudicial aos torcedores em volta.

Presídios

Os centros de detenção do Estado também não estarão sob a vigência da lei. Pela decisão do governo, caberá à Secretaria de Administração Penitenciária fixar regras de restrições ao fumo em presídios, se considerar conveniente.

O argumento é que os centros de detenção devem funcionar segundo regras próprias, especialmente por motivo de segurança dos presídios. Hoje, o consumo do cigarro é permitido dentro das celas das prisões de São Paulo, segundo João Rinaldo Machado, presidente do Sifuspesp (Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo). "O cigarro não só é consumido como serve de moeda de troca entre os detentos", disse.

Aprovada no início do mês pela Assembleia, a nova legislação já havia aberto brecha para que o cigarro fosse liberado dos quartos de hotéis e motéis, depois de a Secretaria de Estado da Saúde ter afirmado que a Vigilância Sanitária só fiscalizará as áreas comuns desses lugares para não ferir o direito à intimidade dos hóspedes.

A lei contra o fumo mais dura já aprovada em São Paulo proíbe o cigarro e outros derivados do tabaco nos ambientes fechados de acesso público, o que inclui restaurantes, bares e boates. Serão extintas também as atuais áreas de fumantes e os chamados fumódromos. A proibição ao fumo em todo o Estado passará a valer 90 dias depois de ser sancionada pelo governador, o que deve ocorrer nos próximos dias. (CÁTIA SEABRA, VINÍCIUS QUEIROZ GALVÃO E LUÍS KAWAGUTI)

25/04/2009

Supramax

<http://www.supramax.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2124>

Autoridades discutem segurança pública em Salgueiro

Acontece desde a última sexta-feira (24) no Cepama, em Salgueiro, o 10º encontro estadual da Pastoral Carcerária. O encontro reúne integrantes de pastorais de várias cidades do estado, além de freiras e padres.



Durante a abertura, o evento recebeu a presença de várias autoridades que estarão discutindo sobre temas relacionados à segurança pública e a vida nos cárceres.

Temas e palestrantes:

- Pactos internacionais para a segurança: Advogado Alvinho Patriota
- Ações preventivas concretas da PM que assegurem os direitos da segurança pública; a sociedade respeitando os direitos humanos: Cap. Cleiton de Carvalho Cruz
- Execuções penais e direitos constitucionais: Promotor de execuções penais, Dr. Marcellus
- Direito de segurança dos presos: Agente Penitenciário José Pereira

O encontro segue até o próximo domingo (26), onde acontecerá a eleição para o novo coordenador estadual da Pastoral Carcerária.

Por: Érika Nascimento

24/04/2009

SUSEPE

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53098

Horta trabalhada por presos abastecerá cadeia e entidades carentes

Presos do Centro de Inserção Social (CIS) de Quirinópolis começaram, na última sexta-feira (17/04), a limpeza em uma área de 04 hectares onde será cultivada uma horta e criação de suínos e carneiros que abastecerá a unidade prisional da cidade. Parte da produção será encaminhada para entidades carentes. A área, que fica nas proximidades da cidade, foi doada pela Prefeitura de Quirinópolis, que também prestará suporte técnico e fornecerá o material de trabalho.

A área está sendo trabalhada por cinco presos do CIS. Pelo trabalho, todos os presos recebem remição da pena (um dia a menos na pena para cada três dias trabalhados), dois deles já são remunerados com um salário mínimo por mês.

Na horta serão cultivados vários gêneros alimentícios como beterraba, milho, mandioca e feijão. Um agricultor local doará mudas de alface e couve. Os grãos serão encaminhados pela Superintendência do Sistema de Execução Penal (SUSEPE), responsável pela administração penitenciária em Goiás. A previsão é de que em 90 dias seja realizada a primeira colheita



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

24/04/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7FABCBCITEMID448F46F23F274DF6BC5659ABB0E6370FPTBRIE.htm>

Brasil apresenta em Viena preparativos para Congresso contra o crime

Brasília, 24/04/09 (MJ) - Mais de duas mil pessoas estão sendo esperadas para o 12º Congresso sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, em Salvador (BA), no próximo ano. O vídeo de apresentação do encontro, produzido pelo Ministério da Justiça, foi assistido por representantes de 110 países, dos quais 70 observadores, que participam em Viena, na Áustria, da 18ª Sessão das Nações Unidas (ONU) contra crimes transnacionais - The Commission on Crime Prevention and Criminal Justice.

“O vídeo foi um sucesso e o Congresso no Brasil está sendo esperado como um grande fórum para a discussão de medidas que ultrapassem fronteiras e desarticulem organizações responsáveis, por exemplo, pela corrupção, lavagem de dinheiro, terrorismo, tráfico de drogas e de pessoas”, declarou o secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, que se encontra na capital austríaca. “Vamos definir respostas ao crime global”.

Segundo o secretário, a melhor forma de combater o crime dá-se pelo estrangulamento das atividades financeiras desses grupos, por meio do rastreamento, bloqueio e confisco dos bens de seus integrantes. É a base para a ratificação e implementação das convenções de Palermo e de Mérida, atos normativos da ONU abrangentes no combate ao crime organizado transnacional.

“As autoridades devem estar atentas neste momento de crise e as instituições financeiras precisam ter cautela redobrada para não se capitalizarem com recursos provenientes das organizações criminosas”, alertou o secretário. “Agora, elas vão tentar, mais do que nunca, lavar os seus ativos ilícitos”.

Durante a Sessão das Nações Unidas em Viena, que terminou nesta sexta-feira (24), Tuma Júnior tratou de questões que podem resultar em acordos bilaterais importantes na área, como a implementação em outros países de uma tecnologia genuinamente brasileira, o LAB-LD - destaque no apoio a investigações, com análises de grandes volumes de dados. Também foi oficializada a realização de um Workshop no Congresso de 2010, na Bahia, coordenado pela SNJ, sobre práticas de melhores políticas na prevenção da criminalidade urbana.

24/04/2009

CONJUR

<http://www.conjur.com.br/2009-abr-24/justica-minas-expande-sistema-alvara-soltura-eletronico>

Minas Gerais expande sistema de alvará de soltura

A partir de segunda-feira (27/4), inúmeras varas de Minas Gerais passarão a contar com o Alvará de Soltura Eletrônico. Implantado desde junho de 2008 na Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, o sistema estará presente também nas Varas Criminais, de Tóxicos, de Precatórias Criminais, dos Tribunais do Júri e na Central de Inquiridos da comarca de Belo Horizonte. As Varas Criminais e de Família das comarcas de Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro, também usarão a tecnologia.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

A portaria que dispõe sobre a expansão do alvará de soltura será assinada, nesta sexta-feira (24/4), pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, representando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pelo secretário de Estado de Defesa Social, Maurício Campos Júnior, e pelo chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, delegado-geral Marco Antônio Monteiro de Castro.

Criação do TJ-MG em parceria com o Sistema de Defesa Social de Minas Gerais, o alvará eletrônico é pioneiro no país e possibilita a soltura de presos de forma rápida e segura.

Como funciona

O alvará de soltura eletrônico é emitido eletronicamente pelo Sistema de Controle e Informatização das Comarcas do TJ-MG e os documentos obrigatórios que o acompanham são digitalizados e anexados a ele. Após esse processo, o juiz assina o documento digitalmente e o envia ao Setor de Arquivo e Informações Criminais da Polícia Civil, responsável pela avaliação da situação do detento, examinando a possível existência de outros mandados de prisão pendentes. Em seguida, o setor envia a resposta para a unidade prisional, também por meio eletrônico. Tanto na emissão, quanto na transmissão do alvará eletrônico, a segurança é garantida por meio de mecanismos como a criptografia e a assinatura digital.

24/04/2009

Estado de Minas

http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_7/2009/04/24/em_noticia_interna,id_sessao=7&id_noticia=107779/em_noticia_interna.shtml

CNBB pede veto ao projeto para reduzir maioria penal

Bispos reunidos desde quarta-feira na 47ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elaboraram nesta sexta-feira uma nota contra a redução da maioria penal. O documento ainda não foi divulgado, mas de acordo com o bispo auxiliar de São Paulo e também presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, dom Pedro Luiz Stringhini, o documento pede aos legisladores que não reduzam a maioria penal e que os menores de 18 anos sejam reeducados e recebam a correção necessária em ambientes próprios. Segundo ele a nota deverá ser enviada ao Congresso Nacional.

"A nota pede para que eles (os menores) não sejam inseridos no sistema carcerário nacional, que é um sistema muito precário, falido", afirmou. Como alternativa à redução da maioria penal a nota sugere medidas sociais, educativas e políticas públicas para apoio aos menores e suas famílias. "Pedimos muita atenção e vigor para a problemática do tráfico de drogas e seus responsáveis, um problema maior, porque é pelo tráfico que grande parte desses menores é aliciada", disse. "Pedimos medidas preventivas mais do que repressivas, e medidas educacionais mais do que punitivas.

O bispo citou como exemplo de reformulação de sistema a antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem), no Estado de São Paulo, agora chamada de Fundação Casa. "A igreja participa dessa reformulação que vem trazendo resultados. É só lembrar que há alguns anos não tem havido tantas rebeliões como na antiga Febem. E isso é graças à reformulação. Há sim denúncias de maus tratos e precariedade, mas está muito melhorada do que já foi", afirmou o bispo.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

24/04/2009

Portal Segurança com Cidadania

http://www.segurancacitada.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=941&Itemid=145

Senasp lança I Prêmio Nacional de Monografias

A Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp - quer estimular pesquisas acadêmicas focadas na área de segurança com cidadania. A iniciativa é uma parceria entre a coordenação de ensino Senasp / DEPAID e a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). O concurso irá premiar os sete melhores trabalhos e os vencedores poderão conhecer boas práticas de segurança cidadã em Bogotá, na Colômbia. As inscrições são gratuitas e serão recebidas de 22 de abril à 08 de junho de 2009. O Prêmio é uma homenagem à Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, mestre e doutora em educação pela PUC/RS e idealizadora da matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança. Veja o [edital](#) e as [fotos](#) do lançamento.

O concurso integra a etapa preparatória da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) e é aberta a acadêmicos de graduação e pós, pesquisadores, gestores públicos e servidores dos sistemas de segurança pública e de justiça. "Todos os estudantes podem participar, desde que estejam matriculados nos cursos regulares de ensino superior", enfatiza o coordenador de Projetos Especiais da 1ª Conseg, Fernando Antunes.

Os trabalhos acadêmicos deverão abordar os sete eixos-temáticos que norteiam as discussões no âmbito da 1ª Conseg. Os autores das melhores monografias, em cada uma das categorias, serão premiados com uma viagem para Bogotá, na Colômbia, com a finalidade de conhecer a experiência "Segurança Cidadã", elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pelo governo colombiano.

As inscrições são gratuitas e serão recebidas de 22 de abril à 08 de junho de 2009. Serão avaliados critérios como objetividade, relevância da abordagem, fundamentação teórica e sequência lógica de fatos e ideias. O resultado do concurso será divulgado na etapa nacional da 1ª Conseg, de 27 a 30 de agosto, em Brasília. O regulamento completo do Prêmio ficará disponível no portal www.conseg.gov.br no item "Projetos Especiais" a partir da data do seu lançamento.

Com contribuições Ascom/MJ

24/04/2009

Supramax

<http://www.supramax.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=2121>

Salgueiro sedia encontro estadual da Pastoral Carcerária

A pastoral carcerária realiza pela 1ª vez em Salgueiro o X encontro estadual entre integrantes de pastorais de todo o estado. Com o tema: "Segurança pública e a vida nos cárceres", o evento acontece no Cepama e terá sequência até o próximo domingo (25).



Várias cidades estão sendo representadas

Na abertura, ocorrida na tarde desta sexta-feira, esteve presente, Pe. Remi de Vettor e o Coordenador estadual da pastoral carcerária, Lenílson Freires, além da coordenadora da pastoral de Salgueiro, Adígena Gomes. Unidos pela fé, o momento foi de louvor e agradecimento através de orações e canções.



Para Adígena, a realização de um encontro estadual em Salgueiro é um projeto que já vinha sendo trabalhado há algum tempo. “Tudo contribuiu para que desse certo, era um sonho que conseguimos torná-lo realidade, alguns presos do regime semi-aberto realizaram os serviços de limpeza e organização do local, isso prova que a nossa parceria vem dando certo, vendo eles trabalharem sem algemas, é um momento que nos deixa satisfeitos”, disse.



Momento de oração

Durante o evento acontecerão discussões sobre as dificuldades e os pontos positivos de cada região. Representantes de cidades a exemplo de Olinda, Petrolina, Recife, Garanhuns, Caruaru e outras regiões estão presentes no encontro.



Presidiário Sanclé, realizou uma participação especial

Para encerrar, no domingo acontecerá a eleição para o novo coordenador estadual da pastoral.

Por: Érika Nascimento

24/04/2009

Declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil contra a redução da maioria penal

"Todas as vezes que fizestes isso a um desses mais pequenos (...) foi a mim que o fizestes" (Mt 25,40)

O Brasil enfrenta uma onda generalizada de violências sob os mais variados aspectos e pontos de vista. São violências que vão desde a negação ou privação dos direitos básicos à vida até àquelas que geram insegurança, apreensão, medo.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

24/04 à 30/04/2009

Campanhas equivocadas criminalizam crianças, adolescentes e jovens como principais responsáveis dessas ações violentas, quando na verdade, frequentemente, os maiores culpados ficam totalmente impunes.

Os atos violentos, os crimes, o narcotráfico, envolvendo-os, a cada dia, em sua perversa trama, tiram-lhes as possibilidades de plena realização e os afastam de sua cidadania.

Neste contexto, o Senado volta a discutir a redução da maioridade penal com argumentos que poderiam ser usados também para idades menores ainda, como se esta fosse a solução para a diminuição da violência e da impunidade. A realidade revela que crianças, adolescentes e jovens são vítimas da violência. Muitas vezes são conduzidos aos caminhos da criminalidade por adultos inescrupulosos.

A CNBB entende que a proposta de redução da maioridade penal não soluciona o problema.

Importa ir a suas verdadeiras causas, que se encontram, sobretudo, na desagregação familiar, na falta de oportunidades, nas desigualdades sociais, na insuficiência de políticas públicas sociais, na perda dos valores éticos e religiosos, na banalização da vida e no recrutamento feito pelo narcotráfico.

Reafirma a CNBB que a redução da maioridade penal violenta e penaliza ainda mais adolescentes, sobretudo os mais pobres, negros, moradores de periferias.

Persistir nesse caminho seria ignorar o contexto da cláusula pétrea constitucional - Constituição Federal, art. 228 - além de confrontar a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, as regras Mínimas de Beijing, as Diretrizes para Prevenção da Delinquência Juvenil, as Regras Mínimas para Proteção dos Menores Privados de Liberdade (Regras de Riad), o Pacto de San José da Costa Rica e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumentos que demandam proteção especial para menores de 18 anos. Crianças, adolescentes e jovens precisam ser reconhecidos como sujeitos na sociedade e, portanto, merecedores de cuidado, respeito, acolhida e principalmente oportunidades.

A Igreja no Brasil conclama os poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário - bem como a sociedade civil a debater o assunto. Urge a busca de soluções focadas nas políticas públicas que efetivem melhores condições de vida para todos, na implementação de medidas sócio-educativas previstas no ECA e no desenvolvimento de uma política nacional de combate ao narcotráfico, penalizando com maior rigor a manipulação e o aliciamento de crianças, adolescentes e jovens pelo crime organizado.

A Igreja Católica, através de suas comunidades eclesiais, pastorais, movimentos e entidades sociais, desenvolve projetos sócio-educativos, profissionalizantes, de recuperação de dependentes químicos e de atendimento a adolescentes autores de ato infracional, obtendo resultados que indicam à sociedade caminhos a partir de ações educativas e não punitivas.

A CNBB se une a todos os brasileiros que trabalham para que se cumpra a premissa básica da Constituição Federal, art. 227: "CRIANÇA E ADOLESCENTE PRIORIDADE ABSOLUTA" e reafirma sua posição contrária à redução da maioridade penal.

Indaiatuba, São Paulo, 24 de abril de 2009

* Conferência Nacional dos Bispos do Brasil